

ATA 16° DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE SAÚDE

Fl. 1

1 Aos 15 dias do mês de agosto de 2024, às 14 horas, em reunião virtual excepcional, realizou-se
2 a décima sexta Sessão do Conselho de Administração do Instituto de Assistência à Saúde dos
3 Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPE Saúde do ano de 2024, sendo ordinária, sob a
4 presidência do conselheiro Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin, presidente do Conselho de
5 Administração do IPE Saúde, e secretariada por Thuane Liesenfeld Borges, secretária do
6 Colegiado. **1) Abertura da Reunião Ordinária.** Foi declarada aberta a reunião, que contou com
7 a presença dos conselheiros representantes do Governo do Estado, titulares Paulo Afonso
8 Oppermann e Thiago Dapper Gomes (IPE Saúde), Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS),
9 André Fernando Carvalho Leite (MPRS), Liselena Schifino Robles Ribeiro (TJRS) e Itamê Sandri
10 Westphalen (GovRS); e representantes dos segurados, titulares Kátia Terraciano Moraes e Ives
11 Agamenon Leite (União Gaúcha), Márcia Elisa Pereira Trindade e Antônio de Pádua (Fessergs),
12 Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andreazza (CPERS). A reunião contou também com a
13 presença do chefe de Divisão da Delegação da CAGE, Lorenzo Venzon; e do coordenador da
14 Delegação da CAGE, Francisco Peres. **2) Ausências justificadas.** Não houve. **3) Aprovação da Ata.**
15 A Ata nº 04/2024 foi colocada em votação, sendo solicitada sua prorrogação para análise e
16 votação na próxima reunião ordinária. **4) Correspondências expedidas.** Ofício CA nº 06/2023
17 que encaminha o pedido de exoneração do conselheiro titular, Mauro Luciano Hauschild. **5)**
18 **Correspondências recebidas.** Não houve. **6) Discussão das pautas. a) Convite a CAGE para**
19 **expor avaliação sobre o Relatório de Gestão e Orçamento do exercício de 2023 do IPE Saúde.**
20 O coordenador da Delegação da CAGE, Francisco Peres, iniciou suas apresentações destacando
21 uma redução no ativo total no ano anterior, principalmente devido à baixa dos créditos de
22 liquidação duvidosa, que foram constituídos nos anos 90 e 2000 e considerados prescritos. Essa
23 diminuição representou R\$365 milhões no ativo não circulante. Por outro lado, o ativo
24 circulante, que abrange créditos de curto prazo, apresentou um aumento de R\$ 105 milhões,
25 resultado de novos recebíveis gerados em 2023, impulsionados pela alteração nas alíquotas e
26 pelo recebimento de dívidas atrasadas através de aportes extraordinários, o que demonstrou
27 um superávit financeiro na Autarquia. Francisco também destacou o não reconhecimento da

**ATA 16° DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE
ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE
SAÚDE**

Fl. 2

28 dívida do Tesouro do Estado com o IPE Saúde e detalhou as ações tomadas em relação ao
29 processo de cobrança. No que diz respeito ao passivo, Francisco Peres relatou um aumento de
30 R\$110 milhões, apesar da redução da dívida acima de 60 dias, resultado da significativa
31 diminuição no volume de faturamento pelos prestadores. Ele também mencionou um acréscimo
32 no saldo de Outras Provisões - LP, que totalizou R\$129 milhões, necessário para cobrir gastos
33 judiciais previstos pela PGE, incluindo medicamentos oncológicos de alto custo, home care,
34 OPMES e mensalidades de optantes. Peres destacou a discrepância entre os registros contábeis
35 e os valores retidos pelos devedores, além do reconhecimento da dívida relacionada aos atrasos
36 nos repasses de receitas do IPE Saúde. Ele esclareceu a ausência de inclusão das despesas com
37 atendimento domiciliar, concedido por decisão judicial, na análise atuarial dos contratos com
38 entidades, situação já equacionada pela equipe técnica do IPE Saúde. O coordenador também
39 abordou os novos regramentos para contratos com prefeituras e a falta de normas específicas
40 para a atualização dos créditos em favor do IPE Saúde. Outros pontos discutidos incluíram a falta
41 de repasse da contribuição para assistência médica sobre RPVs e precatórios regularizados, além
42 de alguma inconstância nos repasses relacionados a atendimentos de beneficiários ex-
43 combatentes. O relatório da CAGE também mencionou a situação dos imóveis do FAS em nome
44 do IPE Saúde, evidenciando a falta de compensação pelos valores dos imóveis transferidos para
45 o Governo do Estado, e a necessidade de reestruturação do quadro de pessoal do IPE Saúde,
46 comparando-a com outros institutos de saúde estaduais que atendem a um número semelhante
47 de segurados. Os conselheiros agradeceram a apresentação realizada pelos representantes da
48 CAGE e o conselheiro Thiago Dapper esclareceu que, em relação a reestruturação do quadro de
49 pessoal do IPE Saúde, a Autarquia está realizando reuniões com o Governo do Estado para
50 alinhar a nomeação de servidores a partir da nova lei de reestruturação de cargos e salários dos
51 servidores estaduais. **7) Assuntos de Ordem Geral.** O conselheiro Antônio de Pádua questionou
52 sobre a previsão de retorno das atividades presenciais no prédio sede do IPE Saúde, sendo
53 respondido pelo conselheiro Thiago Dapper o cronograma de ações de restauração do prédio
54 do Instituto e informando que a previsão é a partir do dia 28 de agosto. Já a conselheira Vera

**ATA 16º DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE
ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE
SAÚDE**

Fl. 3

55 Lessês questionou sobre o conhecimento do IPE Saúde quanto a um informativo emitido pela
56 clínica que realiza endoscopia e exames digestivos no Hospital de Caridade de Santa Maria,
57 informando sobre a cobrança de anestésias para realizar os procedimentos, e perguntou se
58 houve alteração na forma de credenciamento do Instituto com o prestador. O presidente do IPE
59 Saúde, Paulo Oppermann, afirmou que a situação dos anestésistas é pauta que está sendo
60 discutida na Diretoria Executiva do Instituto e sendo uma preocupação do Instituto através de
61 reuniões realizadas com hospitais do estado. Visto isso, o presidente relatou que o novo
62 regimento dos credenciamentos prevê uma cláusula sobre cobranças por fora, e que isso
63 ilegaliza que práticas como a da clínica citada acima sejam realizadas aos segurados. Os
64 conselheiros realizaram demais questionamentos à Diretoria do Instituto, referindo-se aos
65 critérios de credenciamento de prestadores, atendimentos de telemedicina e recondução dos
66 atuais conselheiros. Em se tratando da recondução dos conselheiros, Paulo Oppermann
67 esclareceu que o processo encaminhado pelo Colegiado à SPGG sobre o assunto retornou para
68 a Presidência do IPE Saúde sendo solicitado o posicionamento do presidente da Autarquia e
69 projeto de lei constituído pelo próprio IPE Saúde, o que, juridicamente, não é pertinente – visto
70 que seria trabalhar em juízo de valor no caso de se posicionar sobre o colegiado que lhe própria
71 fiscaliza. Neste sentido, Oppermann relatou que solicitou apoio da assessoria jurídica da
72 Autarquia para responder à SPGG quanto ao processo. Quanto aos credenciamentos, o
73 presidente Paulo Oppermann informou sobre a necessidade de primeiro se aprovar pelo
74 Conselho o novo Regimento Geral de Credenciamentos do IPE Saúde. **8) Definição de pauta para**
75 **as próximas sessões.** Encerrado o período regimental, os temas seguintes serão objetos de
76 apreciação na próxima reunião ordinária do dia 22 de agosto de 2024, na seguinte ordem: a)
77 Apresentação do cartão digital do IPE Saúde via aplicativo; b) Novos credenciamentos médicos
78 e hospitalares ao IPE Saúde; e c) Deliberação sobre comunicado à Secretaria de Planejamento,
79 Governança e Gestão sobre a solicitação das entidades representativas de servidores quanto a
80 necessária alteração legal com vistas a alterar o prazo máximo de mandato dos membros do
81 Conselho de Administração do IPE saúde. **9) Encerramento.** Nada mais havendo a tratar e dando



ATA 16° DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE SAÚDE

Fl. 4

82 por encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que foi elaborada,
83 revisada e assinada pela secretária do Conselho de Administração, Thuane Liesenfeld Borges, e
84 pelo presidente do Conselho de Administração, Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin, e que se
85 encontra à disposição dos Senhores Conselheiros, por meio eletrônico, ressalvando-lhes o
86 direito de retificá-la, por escrito, se assim desejarem, até sua aprovação em sessão ordinária.

Porto Alegre, 15 de agosto de 2024.

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin
Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

Thuane Liesenfeld Borges
Secretária do Conselho de Administração